

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 12

O planejamento e seu papel essencial na mobilidade urbana

Diana dos Reis Ribeiro (*)

Integradas em suas cidades, as pessoas sentem a todo o momento alguma dificuldade em sua mobilidade urbana diária: os congestionamentos, o transporte público lotado ou a falta dele, as ruas e calçadas irregulares, os acidentes graves e a convivência crítica entre pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas, entre outras situações.

Quando uma questão é solucionada, logo surgem outras que elevam novamente os níveis de insatisfação, pois as pessoas estão sempre buscando melhores opções para sua locomoção, seja para curtas ou longas distâncias. Os níveis de satisfação se tornam cada vez mais exigentes quanto mais benefícios as pessoas recebem e isso é algo natural ao ser humano: sempre queremos mais e mais.

Tendo em vista o contexto acima, as autoridades públicas devem estar sempre a frente das expectativas da sociedade. Mesmo que no passado não se tenha feito muito para o avanço de determinadas cidades, sempre há tempo para se fazer aquilo que é necessário e obrigatório para oferecer a todos os direitos de ir e vir com dignidade e qualidade.

Não importa o tamanho da cidade e mesmo para aquelas com zonas mais afastadas, levantamentos devem ser feitos, as pessoas devem ser consultadas e origens e destinos devem ser bem definidos para que todos possam ter suas necessidades supridas.

O compromisso de mudanças na mobilidade urbana existente deve começar por aqueles que são escolhidos nas eleições, mas tal compromisso não pode terminar e reiniciar a cada ciclo, deve ser algo contínuo e deve ser levado a sério. A população deve ter sua participação democrática e efetiva nas decisões quanto às melhores escolhas para suas cidades.

Um plano de mobilidade deve ser elaborado e juntamente com ele, ou até mesmo antes, o Plano Diretor das cidades deve ser traçado para que essas possam ser organizadas de uma melhor forma. Para aquelas que ainda são pequenas, o crescimento organizado poderá se tornar algo natural e para as que já são consideradas como grandes cidades, sua descentralização deve ser pensada para que as pessoas possam ter acesso aos serviços básicos sem a necessidade de se locomover por grandes distâncias e com tempos indesejáveis de viagem.

Em um âmbito maior, as esferas de governo municipal, estadual e federal devem trabalhar em conjunto para que a oferta de emprego, a prestação de serviços de qualidade e as pesquisas de ponta não fiquem centralizados em uma só região das

idades ou dos estados e país. Quando isso ocorre, os grandes centros tendem a inchar cada vez mais e as demais regiões ficam totalmente esquecidas quanto aos investimentos em infraestrutura.

O planejamento da mobilidade urbana, deve ser pensado de acordo com tamanho, a topografia, os recursos e as necessidades de cada cidade. Quando necessário, os governos estaduais e federais devem ajudar os municípios a avançar em suas questões críticas de mobilidade.

Os principais meios de transporte a serem incentivados pelas autoridades são o andar a pé, a bicicleta e o transporte coletivo, mas para isso, condições mínimas de conforto, segurança e confiabilidade devem ser colocados a disposição da sociedade. Nos grandes centros, havendo a possibilidade de altos investimentos, os meios transporte de maior capacidade devem ser propostos: trens, metrô e VLT's.

Ao se pensar em mobilidade urbana, o planejamento de todas as atividades é essencial e deve ser o primeiro passo a ser dado nesse sentido. Os meios de transporte não podem ser pensados isoladamente, as necessidades e os desejos das pessoas devem ser colocados em pauta. Todo o sistema de transporte, abastecimento da cidade e tráfego deve ser estruturado e controlado conjuntamente entre as autoridades responsáveis. A integração entre os modais deve ser priorizada no planejamento para que as pessoas tenham a opção de escolha para sua melhor locomoção e para que o custo possa ser reduzido, de forma a incluir todas as pessoas na mobilidade urbana. Os automóveis não precisam ser excluídos do nosso convívio, mas devem estar em um nível abaixo na escala de prioridades de atuação dos governos.

Portanto, a criação, a manutenção e o aprimoramento de todos meios de transporte deve ser algo inerente à ação governamental, pois a mobilidade urbana está presente e é essencial à vida de todas as cidades.

() Diana dos Reis Ribeiro é Analista de Projetos e Obras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – São Paulo - SP*